



SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS
FILIADO À CUT

109

ANO II
19/FEVEREIRO/1993

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52-237/89



Aeronautas da Vasp

Paguem os Seguros direto no SNA para evitar dificuldades

Conforme os companheiros já foram informados, através de publicação no Dia a Dia e carta às suas residências, a Vasp não está repassando ao SNA as quantias relativas aos seguros apesar de descontá-las nos contracheques dos associados. Como a entidade não possui condições de continuar honrando um compromisso com o dinheiro arrecadado do restante da categoria, reiteramos a necessidade do comparecimento de todos os associados da Vasp, em caráter de urgência, a Sede e demais Representações Regionais, para autorizar a suspensão dos descontos nos contracheques assim como promover o pagamento de seguros e mensalidades sindicais diretamente.

Alertamos para o fato de que apesar da Vasp estar descontando em folha os

seguros, o não pagamento direto ao SNA (que quitará o débito com a Seguradora) poderá causar dificuldades no caso de sinistros, em que os associados desejem receber os seguros, tendo em vista que a Seguradora não está recebendo os pagamentos retidos pela Vasp.

Como já informamos, o Sindicato entrou com um processo na justiça cível de cobrança dos valores retidos, e também com uma ação criminal de apropriação indébita, na 36ª Delegacia em São Paulo, contra o próprio Wagner Canhedo.

Mas só o comparecimento ao SNA para pagar diretamente os seguros pode garantir sua tranquilidade quando da necessidade de receber indenizações da Seguradora ou ter de usar o Seguro-Saúde.

Eleições da APVAR

Pág. 2

Reajuste salarial de 34,8%

Pág. 3

Regulamentação

Reuniões mensais com o DAC

O constante descumprimento da Regulamentação Profissional, por parte das empresas, trabalhadores (que muitas vezes não a conhecem bem e, portanto, não ocupam de fato seu espaço de direito) e do DAC (que não fiscaliza como deve), levou dirigentes do Sindicato e representantes do Subdepartamento Técnico do Departamento de Aviação Civil a se reunirem na segunda-feira, dia 15, para discutir a questão. Ficou acertado que, daqui por diante, serão realizados encontros mensais na última quinta-feira de cada mês, sendo que a próxima será no dia 25/02/93, às 15 horas.

Pelo lado do Sindicato, participaram do encontro Nelson Cirtoli (presidente do SNA) e os secretários Constança, Aguiar, Walker e Cruz. Presentes pelo Subdepartamento do DAC, Tenente-coronel Ferreira (chefe de Divisão de Habilitação) e Tenente Aguiar. Cirtoli salientou que existem reclamações de não cumprimento da Regulamentação Profissional em praticamente todas as empresas, principalmente nas de táxi aéreo e da aviação regular. Os maiores "furos" estão na escala com excesso de dias de trabalho, folgas abaixo do regulamentar, não publicação do tipo de trabalho (reserva e sobreaviso) e do período (horário de

início e término) em que o mesmo será cumprido, ficando o aeronauta de um ao dia até mais de 15 dias ininterruptamente à disposição da empresa.

"A carga horária máxima de acordo com a Regulamentação é de 176 horas/mês, mas existem empresas onde o aeronauta chega a trabalhar 400 horas/mês. Além disso, o limite de 85 horas vôo/mês não é respeitado. Já ocorreram casos onde um tripulante voa 140 horas/mês", frisou Cirtoli.

O DAC e os dirigentes sindicais acordaram que será exigido de todas as companhias aéreas e dos aeronautas o cumprimento da regulamentação profissional e que a formação de comandantes, checadores e instrutores será efetuada conforme o RBHA e o Noser do Ministério da Aeronáutica.

O secretário de Segurança de Vôo do Sindicato argumentou que a formação de tripulantes, checadores e instrutores não é feita cientificamente e que o DAC deve ingerir nessa formação, exigindo que as empresas cuidem mais da sua parte técnica, se empenhando inclusive em dar aos tripulantes conhecimentos da legislação; forma de interpretação das leis, normas e regulamentos (hermenêutica); administração e gerenciamento

(motivação); relações humanas (inclusive com estudos comportamentais), etc. Quanto aos instrutores e checadores, deveriam ainda ter uma formação específica em didática; avaliação e trabalho de grupo.

A criação de Agência Autônoma de Prevenção e Investigação (hoje executado pelo CENIPA) onde haveria um departamento de avaliação dos checadores - a maioria hoje dos quadros das empresas, "credenciados" pelo DAC, o que também é apontado como muito importante. "A Agência seria desvinculada das empresas e do Estado e, seria composta por técnicos gabaritados, com experiência nos diversos itens a serem exigidos, como a didática, os sistemas das aeronaves e, mesmo, nos equipamentos", como exemplifica o secretário de Segurança de Vôo do SNA. A grande importância e necessidade de se conseguir esta independência é o fato da Regulamentação existir não só para proteger o empregado ou o empresário, mas, principalmente, o usuário, pelo caráter eminentemente público de nossa atividade, competindo ao Estado fiscalizar e exigir o envolvimento das partes com o real espírito da lei. Sem a absoluta independência, sem autonomia, não se conseguirá jamais a necessária isenção.

APVAR

Pilotos vão às urnas

Entre os dias 15 e 22 de março, os pilotos da Varig vão eleger a diretoria da Associação de Pilotos da Varig, Apvar. O Cmte. Fochesato - atual presidente da entidade encabeça a Chapa Unica que concorre no pleito. A apuração das eleições será no dia 23 de março e a posse da nova diretoria em 3 de abril. A diretoria eleita estará a frente da Associação no bienio 93/95. É fundamental que todos participem das eleições. A seguir, os integrantes da Chapa Unica.

Cmte. Gelson Dagmar **Fochesato** (Presidente); Cmte. Jorge Luiz **Bavaresco** (1º Vice-Presidente); Cop. **Miguel Dau** (2º Vice-Presidente); Cop. **Alfredo Alojz Copic** (Secretário de Finanças e Administração); Cmte. Enio F. **Garcia Júnior** (Secretário Geral); Cmte. **Paulo Roberto Duarte** (Secretário Relações P.úb. Prom.Social); Cmte. **Frank Gustav W.Feddersen** (Secretário

de Assuntos Técnicos); Cop. **Ciro Francisco Apuzzo** (Diretor Representante Base SAO); Cmte. **Arnaldo F. Renz Júnior** (Diretor Representante Base POA); Cmte. **Mariano Zoratto S.Vicente** (Primeiro Suplente da Diretoria); Cmte. **Eduardo Coelho Ayub** (Segundo Suplente da Diretoria); Cmte. **Alexandre S. Abs da Cruz** (Terceiro Suplente da Diretoria); CONSELHO FISCAL: Cmte. **Sergio Sarmento Leite Barcellos**, Cmte. **Caio Cesar Lacerda Rozelli** e Cop. **José Guilherme Michel da Motta**; SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: Cmte. **Marco A. Carelli Mazzei** e Cmte. **Angelo Silva da Costa** e Cop. **Marcio Kasper de Marsillac**; CONTRATO DE COOPERAÇÃO: Cmte. **Maurício Moraes do Azevedo**; Cmte. **Americo Machado Filho** e Cmte. **Ruben Marco Catunda**.

Recados do Dia a Dia

Versos do poema "No caminho com Maiakovski", de Eduardo Alves da Costa, Nova Fronteira.

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam às flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada
até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa.
Rouba-nos a luz, e,
conhecendo o nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

NR. Você pode escrever seu recado pessoal nesta seção. Entre em contato com a redação (021)532-1163 ou Fax: (021)220-6693.

Reajuste salarial de 34,8%

O Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), Sindicato Nacional dos Aeronautas, os Sindicatos de Aeroaviários e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos assinaram um protocolo, em reunião realizada no Snea, na última sexta-feira, dia 12, estabelecendo que vale o que está escrito no Acordo Coletivo, com relação ao seguro-inflação, ou seja, ficou entendido que a lei salarial não mudou, apenas seu número e os índices de reajuste sofreram alterações. Com isso, todas as empresas concederão reajuste salarial de 34,8% em cima do salário de janeiro para aeronautas e aeroaviários. As diárias passaram para Cr\$ 177.880,30 - a partir do último dia 16.

Apenas a Transbrasil não aplicará o índice integral porque a empresa utilizou uma estimativa de 24% em novembro de 92 e o INPC foi de 22,89%. Com o desconto desta antecipação, os funcionários terão este mês, um reajuste de 33,59%. Apesar da política salarial determinar que os 34,8% são devidos para quem ganha até seis salários mínimos, o Acordo Coletivo de aeronautas e aeroaviários garante este percentual para todos os trabalhadores. No global, o reajuste equivale a 60% da inflação acumulada em dezembro e janeiro.

Com relação a salários, pelo menos dois pontos não foram acordados entre os representantes patronais e os representantes dos trabalhadores: o seguro-inflação para demitidos e aposentados e a reposição de percentuais referentes a inflação do ano passado, também para

os trabalhadores ao serem demitidos ou aposentados.

Essa foi a primeira reunião entre o SNEA, a Federação e os Sindicatos de Aeronautas e Aeroaviários, em 1993. Segundo o Acordo Coletivo das duas categorias, serão realizados encontros de dois em dois meses para discutir o cumprimento do Acordo. A próxima reunião ocorrerá no dia 7 de abril, na sede do Snea, às 14h30min. Os Sindicatos e a Federação querem, no mínimo, rediscutir o seguro-inflação, já que com a inflação chegando a 30% ao mês, é importante avaliar se a reposição de 60% desta perda é suficiente para aeronautas e aeroaviários. ■

FOTO JORGE NUNES/AGÊNCIA PRISMA



Nelson Cirtoli, presidente do SNA

VASP

Reunião na AL de SP

Dirigentes da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos (FNTTA), do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e do Sindicato Nacional dos Aeroaviários, reuniram-se em São Paulo, com o deputado estadual Jamil Haddad (presidente) e mais quatro deputados da Comissão de Relações do Trabalho da Assembléia Legislativa paulista, onde apresentaram uma avaliação da problemática da Vasp, não só como empresa mas também nas relações trabalhistas.

O encontro ocorreu na quinta-feira passada, dia 11/02, e a Comissão decidiu que irá marcar reuniões com o governador de São Paulo, Luís Antônio Fleury, com o diretor geral do Departamento de Aviação Civil, brigadeiro Mauro Gandra, e com o Ministério do Trabalho, para avaliar a questão da Vasp. As reuniões deverão ter a participação de sindicalistas.

Estiveram presentes à Assembléia Legislativa, Nelson Cirtoli (presidente do SNA), Aguilar (secretário do Sindicato), Zuleica Lopes Maranhão (vice-presidente da Federação) e Salvador (diretor do Sindicato Nacional dos Aeroaviários). Após a reunião na Comissão de Relações do Trabalho, Cirtoli e Zuleica foram para a sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT/Nacional) onde fizeram um resumo dos acontecimentos da Vasp ao tesoureiro da entidade, Delúbio, cobrando mais participação na procura de soluções para a crise da Companhia Aérea e intervenção da CUT para agendar encontros dos sindicalistas com o governador Fleury e com o Presidente Itamar Franco.

No fechamento desta edição, estava ocorrendo uma reunião entre dirigentes sindicais e a Procuradoria Geral do Trabalho do Ministério da República. ■

Cut faz campanha para fiscalizar o FGTS

Unidos de uma cartilha com ensinamentos didáticos para conferir depósitos e de planilhas para acompanhamento dos saldos, metalúrgicos, bancários, químicos, petroleiros e empregados do setor de vestuário - estimados em 2,5 milhões de trabalhadores em todo País - iniciaram em fevereiro uma campanha de fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A iniciativa é da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e foi anunciada pelo advogado Douglas Braga, seu assessor jurídico e representante da entidade no Conselho Curador do Fundo.

O objetivo é fazer com que os optantes acompanhem de perto a evolução de seus recursos no FGTS, reclamem quando se sentirem prejudicados e, com isso, aprimorem a fiscalização, combatendo as irregularidades. A campanha foi lançada depois que a CUT constatou que 74% das empresas recolhem o FGTS de forma irregular. Dessas, 53% simplesmente nada recolhem, ainda segundo a Central sindical. Os síndicos serão instruídos a investigar os erros e acionar judicialmente os responsáveis.

Ao mesmo tempo, a Cut quer acompanhar o gerenciamento e a destinação do dinheiro, para evitar a utilização das verbas do Fundo com fins "políticos e clientelísticos", informa Braga. O que a Cut quer ver prevalecer, no gerenciamento dos recursos, é o respeito às resoluções do Conselho Curador do FGTS, integrado por trabalhadores, empresários e Governo.

Outro alvo da campanha é a informalidade nas relações de trabalho, que, segundo Braga, atinge 48% dos trabalhadores do País e que é responsável pela maior parte da evasão de recursos do FGTS. Com a campanha, a Cut espera identificar casos de trabalhadores sem carteira assinada, para tomar as providências necessárias.

Vale lembrar que o Departamento Jurídico do Sindicato Nacional dos Aeronautas, SNA, também está providenciando sua integração a campanha defragrada pela Cut. ■

A pauta de 1993

A pauta da convocação extraordinária do Congresso inclui itens como o ajuste fiscal, o Orçamento Geral da União, a reforma do sistema portuário, a regulamentação do plebiscito sobre forma e sistema de governo, a lei que regulamenta a desapropriação de terras para fins de reforma agrária e o reescalonamento das dívidas dos Estados e municípios com a União, todos de grande importância e que deverão enfrentar divisões no Congresso.

A eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, vencida dia 02/02 por Inocêncio de Oliveira, contrapõe dois blocos políticos e terá consequências tanto para o governo Itamar quanto para as reformas políticas que ocorrerão este ano. Além disso, esta eleição tem um significado particular: o presidente da Câmara será na prática o vice-presidente da república.

Entre as reformas políticas previstas para este ano, destaca-se o plebiscito de abril, que definirá o regime e o sistema de governo (República ou Monarquia, Presidencialismo ou Parlamentarismo). O resultado do plebiscito terá, também, importantes des-

dobramentos sobre o andamento do governo e poderá gerar realinhamentos políticos no Congresso, como a fusão de partidos e a formação de novos blocos parlamentares.

Finalmente, em outubro, terá início a revisão constitucional, cuja amplitude é ainda desconhecida, mas que certamente será palco de grandes embates entre as diversas forças políticas.

A conjuntura e o movimento sindical

O quadro de recessão profunda e o elevado índice de desemprego vem dificultando muito a ação do movimento sindical, tendo provocado, por exemplo, um a significativa retração no número de greves no país. A gravidade da situação econômica, somada às indefinições no plano político, indica ser difícil uma reversão de curto prazo neste quadro.

Isto significa que o movimento sindical terá de continuar buscando novos mecanismos de mobilização e organização para a defesa dos interes-

ses mais imediatos dos trabalhadores (sobretudo a defesa do emprego e do salário), ao mesmo tempo em que se prepara para enfrentar questões de alcance mais estratégico, que estarão colocadas tanto pelo processo de reestruturação econômica (abertura externa, modernização do parque industrial etc.) já parcialmente em curso, quanto pela reforma constitucional, que se inicia no segundo semestre.

A experiência das câmaras setoriais, até agora praticamente restrita ao complexo automotivo, tem se revelado um mecanismo promissor de intervenção, do movimento sindical, quer para atenuar os efeitos mais imediatos da crise, quer para influenciar nos rumos das reformas econômicas. O governo vem sinalizando positivamente em relação à adoção das câmaras, contudo é de se esperar - e isso já é visível na própria câmara automobilística - que o empresariado fará o que for possível para reduzir ao máximo a participação dos sindicatos nesses fóruns.

Em princípio, não está definida qual será a abrangência da revisão constitucional. Entre políticos e juristas ainda há muita polêmica quanto aos temas que deverão ou não ser objeto de reavaliação pelo Congresso. Mas certamente muitos temas de interesse direto dos trabalhadores deverão entrar em pauta nessa revisão. O empresariado e o próprio governo, insatisfeitos com uma série de direitos sociais e trabalhistas inscritos na Constituição de 1988 (muitos deles sequer foram regulamentados) tentarão impor retrocessos nesse campo. No terreno do direito sindical estará aberta para o sindicalismo combativo a possibilidade de remover os pressupostos da legislação corporativista que foram mantidos, tais como a unicidade e o imposto sindical, e avançar na construção de um novo sistema de relações trabalhistas.

Artigo do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos, Desep, órgão Subordinado a Direção Executiva Nacional da CUT.

HUMOR DA IMPRENSA BRASILEIRA

Ique, Jornal do Brasil, 16/02/93

